

O MORGADO DE MARAPICÚ E A
ADMINISTRAÇÃO DE INÁCIO DE ANDRADE
SOUTO MAIOR RONDON

THE MORGADO OF MARAPICÚ AND THE
ADMINISTRATION OF INÁCIO DE ANDRADE
SOUTO MAIOR RONDON

RUBENS DA MOTA MACHADO¹
Instituto Federal do Mato Grosso

Resumo: Serão discutidos os processos de formação do Morgado Marapicú no final do século XVIII, bem como seu processo de administração nas primeiras décadas do Oitocentos, tendo como principal personagem Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, figura proeminente no distrito de Guaratiba e representante da família Azeredo Coutinho em suas terras fluminenses.

Palavras-chave: Morgado, Iguazu, agricultura

Abstract: The formation processes of Morgado Marapicú at the end of the 18th century will be discussed, as well as its administration process in the first decades of the 19th century, with the main character Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, a prominent figure in the district of Guaratiba and representative of the Azeredo Coutinho family in their lands in Rio de Janeiro.

Keywords: Morgado, Iguazu, agriculture

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012). Mestre pelo Programa de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013) e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2019). Desenvolve pesquisa com temáticas ligadas a História do Rio de Janeiro, História Agrária e Brasil Império. Atualmente é professor do Instituto Federal do Mato Grosso. Campus Diamantino. E-mail: rubensmmachado@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse artigo propõe discutir a formação do Morgado de Marapicú no final do Setecentos, focalizando na administração dos complexos agrários nas freguesias de Santo Antônio de Jacutinga e Nossa Senhora da Conceição de Marapicú empreendido por Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, tendo por pano de fundo a sua atuação militar e a rede de sociabilidade tecida por si entre a comunidade agrária, dentro e fora da província do Rio de Janeiro.

Antes de apresentamos a composição agrária do Morgado de Marapicú, faz-se necessário definir a composição jurídico-administrativa dos Morgados dentro do Império português no final do século XVIII.

Os estudos sobre as representações da propriedade das terras vinculadas, em particular sobre os morgadios, apresentam correspondentes nas Américas portuguesa, espanhola e inglesa. Um bom panorama das interpretações historiográficas a respeito dos estudos dos Morgadios nas Américas pode ser encontrado no artigo de Márcia Motta (2006), que analisa as correspondências da propriedade vinculadas em diferentes espaços coloniais americanos. Em particular sobre a correspondência da América portuguesa, Motta afirma que a historiografia brasileira dedicou pouca atenção aos estudos dos Morgadios constituídos no território americano do Império Português.

A Universidade de São Paulo destaca-se pela produção acadêmica de trabalhos sobre Morgadios a partir da década de 1970, casos da dissertação de Nanci Leonzo (1975), da tese de Heloísa Liberalli Belloto (2007), que discutiram o caso do Morgado de São Matheus em São Paulo, e ainda a dissertação de Vera Lúcia Vilhena de Moraes (1972) sobre o Morgado de Marapicú. Ainda trabalhando com o Morgadios no Brasil, Ângelo Emílio da Silva Pessoa (2003) discutiu em sua tese a formação do Morgado da Casa da Torre, no Nordeste.

Os trabalhos citados estudaram três morgadios existentes na América Portuguesa, número esse ainda muito pequeno frente ao número indicado por Márcia Motta, de ao menos vinte e seis Morgadios existentes no território português na América. Essa raridade de estudos a respeito dos regimes de Morgado no Brasil

reforça ainda mais a necessidade da discussão do Morgado de Marapicú e atuação política de Inácio de Andrade Souto Maior Rondon.

A FORMAÇÃO DO VÍNCULO DE MORGADIO NOS BENS DA FAMÍLIA AZEREDO COUTINHO

A formação do Morgado de Marapicú remonta ao final do Setecentos, momento em que o conjunto de bens da família Azeredo Coutinho foi agrupado, e instituído vínculo de morgadio em favor do herdeiro primogênito do sexo masculino da família, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Todavia, a presença dos Azeredo Coutinho nas terras da região que viriam a se tornar a Vila de Iguaçú é bem anterior à formação do Morgadio.

A presença da família do Capitão-Mor Manoel Pereira Ramos remonta à fundação das freguesias de Iguaçú, particularmente da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú. Segundo José Mattoso Maia Forte (1933), o patriarca da família teria recebido, em 1622, uma sesmaria que atravessava as terras das freguesias de N. S. da Conceição de Marapicú e Santo Antônio de Jacutinga, fruto dos serviços prestados a sua Majestade na conquista portuguesa da cidade do Rio de Janeiro das mãos dos franceses.

Os domínios territoriais dos Azeredo Coutinho foram se expandindo com o passar do tempo. Em 13 de julho de 1720, o Marquês de Abrantes negociou com a família Azeredo Coutinho 3000 braças contíguas de sua sesmaria (Forte, 1933, p. 83), posteriormente, Manoel Pereira Ramos adquiriu, após a morte de Thomé Correa Vasques, meia légua de terras na região de Iguaçú (Forte, 1933, p. 84). E quatro anos mais tarde, a sesmaria de Cabuçú foi concedida a Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Jorge de Souza Coutinho, em 4 de janeiro de 1724, composta por 4500 braças de terras. Essa última incorporação ocorreu em razão do casamento entre Manoel Pereira Ramos e Dona Helena Souto Maior, filha de Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Dona Helena de Andrada Souto Maior Rendon (Forte, 1933, p. 84).

O controle da família Azeredo Coutinho sobre seus domínios nas terras iguaçuanas foi paulatinamente sendo estruturado ao longo do Setecentos. A escritura de formação do

vínculo de Morgado, em favor do filho primogênito, ajuda a entender com maior clareza o controle dos Azeredo Coutinho na região. O documento que data de 6 de janeiro de 1772, foi realizado sob o pedido da matriarca da família, Dona Helena de Andrade Souto Maior Coutinho, em favor de seu filho mais velho, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Na realidade, a escritura de janeiro de 1722, foi produzida para consolidar nas mãos de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho o controle das propriedades da família, que estavam em processo de transferência para o seu domínio já em meados do século XVIII. A escritura de formação do Morgadio faz menção a uma série de escrituras de transferência de controle sobre a propriedade de terras dos outros filhos do casal, Capitão-Mor Manoel Pereira Ramos de Lemos e Dona Helena de Andrade Souto Maior Coutinho, para a administração daquele que seria o responsável por controlar o Morgado de Marapicú após a formação do vínculo.

O documento de instituição do Morgadio de Marapicú, apresenta algumas escrituras de transferência de posse sobre propriedades da família realizadas antes mesmo da efetivação do vínculo nas propriedades da família de morgadio. Nas escrituras de transferência de controle sob os bens da família citadas no documento de formação do vínculo de Morgadio, duas foram realizadas em cartórios do Rio de Janeiro, uma escritura em um cartório de Lisboa, e outra em cartório na cidade de Oeiras na Capitania do Piauí. O aparecimento precoce das escrituras cartoriais transferindo para a posse do filho primogênito do casal propriedades pertencentes à família antes mesmo da formação de vínculo de Morgado parece indicar que o ideal de formação de vínculo de Morgado fosse abertamente discutido entre os descendentes do casal Azeredo Coutinho, impulsionando os irmãos preteridos na distribuição da herança a adiantarem a tomada de controle dos bens familiares ao irmão primogênito.

As origens diferentes das escrituras demonstram a dispersão dos filhos do casal Azeredo Coutinho dentro dos domínios portugueses. Porém, mesmo distantes, os herdeiros do casal Azeredo Coutinho parecem interessados em colocar em prática a estratégia familiar de formação do vínculo de Morgadio em favor de seu irmão mais velho.

O esquema abaixo apresentará a descendência direta do casal Azeredo Coutinho, e iremos utilizá-lo para melhor entender a organização do núcleo familiar relacionado diretamente à formação do vínculo de morgadio nos bens familiares ao final do Setecentos.

O intuito do casal Azeredo Coutinho em estabelecer o vínculo de Morgadio nos bens da família era conservar sob o controle de um único herdeiro os domínios estabelecidos por sua família ao longo do Setecentos em terra iguaçuana. Corroborando o intuito previsto por seus pais, o filho primogênito, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, realizou a seguinte declaração ao justificar a formação do vínculo de Morgadio nos bens da sua família:

“... por meio do dito vínculo de Morgado se conservem unidas e vinculadas à bem da perpetuidade e esplendor da nossa família e para que esta melhor possa continuar a empregar-se no serviço Real todas as terras e fazendas do casal de meus pais, especialmente as terras e engenhos de Marapicú, Paul do Gandu, conhecidas na dita cidade pelo nome de Pantanaís, e as terras e engenho de Cabuçú, com as suas anexas e confinantes que foram de Manoel Correa Vasques, e nos pertencem por justa aquisição posterior ao seu falecimento, ditas na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú...” (Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15)²

A declaração do herdeiro do Morgadio evidencia a pretensão da família Azeredo Coutinho em direcionar o recebimento das meações paterna e materna a um único herdeiro, com o objetivo de manter a “perpetuidade e esplendor” da *casa*³. A repartição desigual da herança entre os herdeiros é tema de diversas pesquisas em terras brasileira e lusitanas. Segundo Manoela Pedroza (2011), os mecanismos de transmissões de heranças implantados nos domínios portugueses de além-mar

² Saliento que a escrita de época foi adaptada para a nova norma ortográfica da língua portuguesa.

³ O conceito de casa está presente em Nuno Monteiro, que o classifica como um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais, em cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que dela nasciam ou dependiam (Monteiro, 1993).

tenderam a reproduzir os sistemas desiguais de partilha realizados em Portugal.

Em relação ao funcionamento do sistema de herança em Portugal, Nuno Monteiro (1993) e Antônio Manuel Hespanha (2005) argumentaram que a eficácia das estratégias de reprodução da elite social portuguesa se caracterizou, ainda na implantação da Dinastia de Bragança, pela limitação do direto na autoridade patriarcal, na existência das instituições eclesiásticas e a incorporação de valores de *casa* pelos indivíduos. Desta forma, os destinos e as funções de cada filho eram definidos pelas estratégias traçadas pela reprodução da *casa*, o casamento ou o celibato faziam parte das estratégias familiares. Segundo os autores, as escolhas matrimoniais giravam em torno da política de alianças da *casa*, o encaminhamento da descendência representava as redes de alianças traçadas através dos ramos familiares aliados. Por outro lado, o celibato representava o outro lado da moeda, geralmente destinado às filhas e aos herdeiros secundões, que poderiam ser encaminhados para carreiras eclesiásticas, com a função de engrandecer a *casa*, projetando-a nas esferas eclesiásticas e ampliando o circuito de serviços prestados à Coroa.

Seguindo tais princípios, Monteiro e Hespanha argumentaram, para o contexto português, que em quarenta *casas* aristocráticas portuguesas, entre 1640 e 1830, encontravam-se as seguintes características: altíssima taxa de nupcialidade dos sucessores (94%) e porcentagem do celibato estimada em um terço dos filhos – homens e mulheres – encaminhados para carreiras eclesiásticas (Monteiro, 1993; Hespanha, 2005). Os autores argumentam que a tendência era a reprodução dos padrões de nobreza do Reino nos domínios do Ultramar, em razão das migrações realizadas pelos descendentes das casas tradicionais portuguesas nos serviços à Coroa (Monteiro, 1993; Hespanha, 2005).

No caso dos descendentes do casal Azeredo Coutinho, as estratégias de reprodução social da *casa* seguem com exatidão as características apontadas por Hespanha e Monteiro para as casas aristocráticas portuguesas. Dois filhos do casal, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon e Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Mello, foram destinados à carreira militar, alcançando

a patente de capitão, sendo o primeiro residente na capitania do Rio de Janeiro, e o segundo servindo na capitania do Piauí. Veremos que Inácio Rondon avançou ainda mais na carreira militar chegando à patente de brigadeiro.

Por sua vez, as filhas do casal, Dona Ana de São Francisco e Dona Maria da Encarnação, foram destinadas a carreira eclesiástica, permanecendo recolhidas no Convento de Santa Teresa, em Lisboa. O mesmo destino eclesiástico seguiu Francisco de Lemos Faria Pereira de Azeredo Coutinho, chegando à função de Bispo, e engrandecendo a sua *casa* ao possuir diversas funções a serviço de sua Majestade, tendo maiores destaques os cargos de Reitor da Universidade de Coimbra e Conselheiro do rei. E por fim, o filho primogênito confirmou as estratégias de ampliação das redes de serviço de sua família, ocupando cargo de destaque na administração pública, como Desembargador e Procurador da Casa de Suplicação e Deputado da Mesa Censória.

Desta forma, a estratégia de formação do vínculo de Morgadio nos domínios dos Azeredo Coutinho se relacionava diretamente às estratégias de reprodução social da família nas redes administrativas e eclesiásticas do Império Português. Interessante notar que o Morgado de Marapicú foi instituído no final do século XVIII, momento em que os estudiosos do mecanismo de reprodução social da nobreza portuguesa apontam o desenvolvimento de limitações jurídicas para diminuir as desigualdades na distribuição de heranças características do mecanismo de sucessão tradicionais, como o Morgado.

Segundo Nuno Monteiro (1993), a tendência na legislação portuguesa ao final do século XVIII seria possibilitar destinos mais amplos aos filhos secundários, livrando-os do destino quase certo ao celibato, possibilitando vínculos matrimoniais distantes dos círculos das grandes famílias. Todavia, Monteiro (2003; 2005) ressalta que os procedimentos tradicionais de encaminhamento da sucessão não foram completamente abandonados.

Fora dos círculos das famílias tradicionais do Reino, as partilhas de heranças de maneira mais igualitária tendiam a ser predominantes entre os segmentos dos plebeus e dos camponeses. As Ordenações Filipinas instituíam a meação dos bens entre

marido e mulher, e que ao menos dois terços do espólio do falecido fossem repartidos igualmente entre os herdeiros⁴. Por outro lado, a própria legislação oferecia a possibilidade de manipulação livre de um terço do montante dos bens, seguindo o desejo declarado do falecido em testamento. Deste modo, a repartição plenamente igualitária dos bens entre os herdeiros poderia ser burlada seguindo a própria ordenação jurídica. O mecanismo da terça pode ser considerado a evidência de um processo de transição entre um sistema de herança em moldes desiguais para um sistema de partilha pautado no igualitarismo entre os herdeiros, uma clara transição entre a sociedade de Antigo Regime para a organização jurídica liberal.

A construção do modelo liberal de ordenação jurídica somente se consolidou no século XX, permitindo a convivência de dois modelos jurídicos diferentes entre o final do século XVIII e o transcorrer do século XIX⁵. É neste período de hibridismo jurídico que iremos estudar as estratégias familiares dos Azeredo Coutinho. Trabalhando neste contexto, Margarida Durães (2003; 2004) argumenta que o direito de sucessão português estava em plena transição no final do século XVIII, destacando a existência de dois regimes jurídicos relacionados à sucessão de terras: uma organização jurídica para os bens considerados livres e outros para os bens vinculados. Para os bens livres, eram aplicados os princípios recém-formulados, como a igualdade de sucessão entre os herdeiros, a orientação na legitimidade dos sucessores, a possibilidade de indicação de linhas sucessórias, o isolamento do cônjuge dos bens legados e a imposição de limites sobre o testamento de bens. Por sua vez, para os bens vinculados, como os morgadios, prazos e aforamentos, valeriam os princípios da indivisibilidade da propriedade; o caráter da sucessão única, com princípio de prioridade do cônjuge; a possibilidade de indicar o sucessor, privilegiando, geralmente, os filhos varões; e a

⁴ Ordenações Filipinas (1870, livro 4, título XCVI: Como se hão de fazer as partilhas entre os herdeiros, p.95; Título XLVI: Como marido e mulher são meeiros em seus bens, p.832; e Título XLVII: Das aras e câmara cerrada, p. 835).

⁵ Em semelhança ao direito de herança, a construção do modelo de propriedade privada livre e irrestrita atravessa todo o século XIX na Europa e no Brasil, chegando a sua consolidação no século seguinte.

distribuição desigual da herança entre os herdeiros (Durães, 1995, p. 131).

Desta forma, o hibridismo dos ordenamentos jurídicos portugueses possibilitava a adoção de estratégias de sucessão e destino dos bens de herança de acordo com os interesses econômicos e políticos de cada família. A legislação poderia ser manipulada, seguindo os interesses particulares das famílias principais do Reino, levando Durães a afirmar que, mesmo no século XVIII, diversas famílias portuguesas faziam uso dos ordenamentos jurídicos para orientar a grandeza dos bens da *casa*, privilegiando mecanismos de reprodução econômica no direcionamento único das linhas sucessórias. As estratégias de sucessão apontadas por Durães seguem a mesma direção das escolhas de partilha desigual e linhagem exclusiva construídas pelos Azeredo Coutinho com a criação do vínculo de Morgado.

Tratando com regimes de transmissão no século XIX, Maria de Fátima Brandão (1991) indicou que mesmo após a promulgação do Código Civil português, em 1867, não houve mudança drástica no regime de sucessão. A transmissão preferencial, com instituição de um sucessor, continuou sendo praticada em maior número do que o sistema de herança igualitário entre os herdeiros. A autora estudou o caso do *Concelho de Vieira do Minho* e constatou que se perpetuaram as transmissões preferenciais, buscando preservar os bens do casal, por meio da sucessão privilegiada de um dos filhos (Brandão, 1991, p. 624).

Podemos considerar que parte do *habitus* senhorial português, definido por Monteiro, Hespanha, Durões e Brandão, foi transplantado para a América portuguesa, considerando a forte migração que se verificou nas áreas do Norte e Noroeste do Reino em direção aos domínios americanos, após as descobertas auríferas em Minas Gerais. Taisavas migrações trouxeram grandes quantidades de homens e mulheres que carregavam em suas práticas sociais a mentalidade destacada acima. Buscando apoio na bibliografia já citada sobre a questão, podemos considerar que existiam alguns paralelismos nas práticas de transmissão de heranças entre Portugal e sua colônia americana. Podemos sintetizar que a base da cultura senhorial do Antigo Regime privilegiava a indivisibilidade do patrimônio entre os

segmentos da nobreza. Essa base jurídica de caráter permissivo às sucessões desiguais vigorou na América Portuguesa até 1822 (Fragoso, 2002b, p. 47). Mesmo com o processo de modernização da legislação, orientando princípios mais igualitários de distribuição das heranças, as práticas de sucessão entre os grupos sociais mais elevados continuaram a tendência de aplicação de mecanismos tradicionais de sucessão.

Boa parte da documentação que utilizamos para analisar as ligações econômicas e parentais da família Azeredo Coutinho foi produzida, e posteriormente reunida e armazenada, em função da ocasião da tentativa de contrair matrimônio do herdeiro primogênito de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. O jovem, Manoel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho, havia ajustado o casamento com uma das filhas do Marechal de Campo João Antônio Pereira de Lacerda, e restava somente a autorização de seu tio, Bispo Francisco de Lemos Faria Pereira de Azeredo Coutinho, para sancionar o matrimônio do futuro herdeiro do vínculo de Morgado.

Todavia, o tio Bispo considerou a pretensão matrimonial de seu sobrinho “intempestiva, incurial e inconsiderada”. Nesta época, o progenitor de Manoel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho havia falecido, e seu tio Bispo havia assumido a posição de espécie de tutor de seu jovem sobrinho. Nesse sentido, na compreensão de seu tio e tutor, a pretensão matrimonial do herdeiro do vínculo era considerada “intempestiva” porque não convinha dar-lhe matrimônio antes de realizar os arranjos necessários à *casa*; também era “incurial”, porque seu pai havia determinado que a condução matrimonial do herdeiro preferencial deveria ser realizada por seu tio Bispo, e não por escolha autônoma de Manoel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho, em razão de sua pouca idade e experiência, e, embora não dito, em razão da sucessão do patrimônio do vínculo; além de tudo, a atitude do sobrinho era “inconsiderada”, porque em razão do estado privilegiado de sua *casa*, com inúmeros serviços, mercês, senhorios de terras, alcadearias-mor, comendas, cargos, títulos, dignidades e a administração de grandes morgados, deveria o primogênito herdeiro preferencial da *casa*, administrador do Morgado, ser preparado a uma aliança matrimonial que trouxesse mais vantagens a sua *casa*.

Portanto, a escolha matrimonial de Manoel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho não era uma questão individual e afetiva, mas resultado das estratégias familiares de alianças com segmentos da nobreza e manutenção da riqueza e serviços reais de sua estirpe, conforme discutido na bibliografia aqui debatida sobre as estratégias nupciais da América Portuguesa.

Consideramos que boa parte da descendência do casal Azeredo Coutinho esteve relacionada diretamente à fazenda de Marapicú, pertencente ao casal, como seu local de nascimento. A partir do nascimento da filha Micaela Joaquina Pereira de Faria e Lemos, segunda filha do casal, a maior parte dos descendentes teve a freguesia de Marapicú como seu local de nascimento e batizado, evidenciando a consolidação da família já nas primeiras décadas do século XVIII nas terras que mais tarde seriam incorporadas ao vínculo de Morgadio. Porém, o vínculo do ramo familiar com as terras das freguesias de Santo Antônio de Jacutinga e Nossa Senhora da Conceição de Marapicú é ainda mais remota do que o período do nascimento dos seus primeiros herdeiros, como já afirmamos.

O ADMINISTRADOR REAL DOS BENS DO MORGADO DE MARAPICÚ

Podemos afirmar que os herdeiros Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo e Inácio de Andrade Souto Maior Rondon fizeram carreira em postos de destaque na esfera militar e administrativa da América Portuguesa.

O documento de instituição do vínculo de Morgado indica que o filho Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo estava servido como Dragão na Capitania de Piauí. Todavia, o governador da Capitania do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, em julho de 1770, escreveu ao rei D. José propondo nomear o tenente Fernando José Veloso de Miranda e Sousa para o posto de Capitão de Cavalos da Companhia dos Dragões do Piauí, que naquele momento se encontrava vago, em razão do

retorno de Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo ao Reino⁶.

É provável que esse herdeiro da família Azeredo tenha ido ao Reino em meados daquele ano de 1770. Porém, podemos inferir que, no final do ano de 1772, Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo já havia retornado à América Portuguesa, pois em dezembro desse ano foi nomeado Governador da Capitania do Maranhão por um período de três anos⁷.

Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo permaneceu no cargo de Governador do Maranhão até meados de 1774. Em janeiro desse ano, ele escreveu ao rei D. José solicitando o recebimento do soldo referente ao cargo de Governador da Capitania desde o dia em que embarcou para o Maranhão. Talvez o herdeiro dos Azeredo Coutinho não tenha conseguido receber o soldo de Governador do Maranhão pois, em abril do mesmo ano, Joaquim de Melo e Póvoas escreveu para o Secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, candidatando-se a permanecer na função de Governador, ocupada após a morte de Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo.

Por sua vez, o herdeiro Inácio de Andrade Souto Maior Rondon se dedicou à carreira militar, alcançando postos de destaque na Capitania do Rio de Janeiro. Em outubro de 1772, foi nomeado Capitão de Cavalaria Auxiliar por ordens do Conde de Borbadela⁸.

Já em agosto de 1778, o então Capitão de Cavalaria foi nomeado Mestre de Campo do Terço dos Auxiliares no Distrito de Guaratiba, por ocasião do falecimento de João Velho Barreto, que deixou o cargo vago⁹. A nomeação ao posto de Mestre de

⁶ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_016, Cx.11, D.640.

⁷ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_009, Cx.46, D.4525.

⁸ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905

⁹ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905; Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx.236, D. 16166.

Campo ocorreu por ordens do Marquês do Lavradio¹⁰. O Distrito de Guaratiba reunia ao todo sete freguesias na Capitania do Rio de Janeiro, sendo elas São Salvador do Mundo de Guaratiba, São Francisco Xavier de Itaguaí, Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá, Santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora da Piedade de Iguazu e Nossa Senhora da Conceição de Marapicú¹¹.

A partir de julho de 1797, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon ascendeu ao posto de Coronel de Milícias do Regimento de Milícias de Guaratiba. Nesse cargo, o Coronel estabeleceu contato direto com importantes autoridades da administração portuguesa. No ano de 1798, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon respondeu a dois requerimentos de D. José Luís de Castro, Conde de Resende, Vice-Rei do Estado do Brasil, e ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho.

O primeiro requerimento investigava a possibilidade de existência de salitre em terras da América Portuguesa. Naquela época, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon já ocupara a posição de Coronel de Milícias do Distrito de Guaratiba, respondeu indicando que na região do Rio das Velhas, caminhos de Goiás, Dourados, Abaeté e Rio São Francisco existiam jazidas do referido minério¹².

Ainda em março de 1798, novamente o Coronel de Milícias trocou correspondências com as duas autoridades coloniais. Agora respondendo às ordens das autoridades portuguesas para verificar a existência de árvore de Guina nos territórios sob seu controle. Na resposta, o Coronel indicou que enviou mateiros experientes à procura da árvore, que informaram não a terem encontrado. Todavia, escreveu indicando que soube por meio do Frei Inácio Nunes de Santana, religioso de Convento de Nossa Senhora do Carmo, e seu parente, que existiam grandes quantidades das referidas árvores nos campos do Tenente João

¹⁰ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 110, D. 9162.

¹¹ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905.

¹² Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 165, D. 12274.

Pinto de Magalhães e do Alferes Alexandre Pinto de Magalhães, e na localidade de Campo Redondo, situada entre os rios Grande, Serra da Boa Esperança, rio Sapucaia, e Águas Verdes, na freguesia de Lavras do Funil. Indicando ainda que na irmandade de Nossa Senhora das Dores, na Comarca de São João D'el Rey, Rio das Mortes, e Abaité, e no arraial da formiga, na picada de Goiás, também existiam quantidades significativa da mesma planta¹³.

Nas duas trocas de correspondência com as autoridades colônias portuguesas, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon demonstrou possuir conhecimento significativo sobre a comunidade social, a organização geográfica e ambiental da região das Minas Gerais e Goiás, inclusive indicando nomes de parentes e outras autoridades militares nessas regiões, evidenciando que a família Azeredo Coutinho ainda mantinha conexões sociais sólidas com os caminhos das Minas Gerais. A cerimônia de casamento de Inácio de Andrade Souto Maior Rondon também foi indicativa da aproximação dos laços de sociabilidade da família Azeredo Coutinho com a região de Minas Gerais. O Coronel de Milícias casou-se em outubro de 1780, em cerimônia celebrada nas Minas Gerias com sua prima, D. Antônia Joaquina Ataíde Portugal, filha do Coronel Luís José Pinto Coelho da Cunha e Dona Antônia Joaquim Miranda da Costa (Rheingantz, 1965, p. 148). É interessante destacar ainda que nas duas correspondências o Coronel de Milícias assinou as cartas tendo como local de emissão a freguesia de Nossa Senhora de Marapicú.

A ascensão na carreira militar de Inácio de Andrade Souto Maior Rondon não terminou no posto de Coronel de Milícias do Distrito de Guaratiba. Em maio de 1806, o Coronel escreveu ao Príncipe Regente D. João VI solicitando a reforma no serviço militar, com a ascensão para o posto de Brigadeiro. No requerimento emitido ao Conselho Ultramarino, o Coronel indicou que prestou 43 anos de serviço militar à Coroa Portuguesa, já se encontrando naquele momento com 73 anos de idade, condição que dificultava a continuidade nas atividades

¹³ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro AHU_ACL_CU_17, Cx. 165, D. 12275.

militares. Na mesma carta, o agora Brigadeiro dos Reais Exércitos Portugueses, solicitou a promoção de seu filho, Manoel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, com 13 anos de serviços prestados como Capitão do 1º Regimento de Infantaria de Linha da Cidade do Rio de Janeiro, ao posto de Coronel de Milícias¹⁴. Dessa forma, Manoel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho substituiria seu pai no posto de Coronel de Milícias do Distrito de Guaratiba, perpetuando o domínio dos Azeredo Coutinho naquela posição militar.

O destaque social de Inácio de Andrade Souto Maior Rondon não se atribuiu unicamente aos postos militares no Distrito de Guaratiba: o militar controlava diferentes engenhos nas freguesias de Santo Antônio de Jacutinga e Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, conforme indicado no relatório do Marquês de Lavradio de 1779. Vale lembrar que, nessa época, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon era Mestre de Campo do Distrito de Guaratiba, cabendo-lhe, pelo exercício do cargo, informar ao Marquês da organização social e econômica daquele distrito.

OS DOMÍNIOS AGRÁRIOS DE INÁCIO DE ANDRADE SOUTO MAIOR RONDON NAS FREGUESIAS DE SANTO ANTÔNIO DE JACUTINGA E NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE MARAPICÚ

Na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, o então Mestre de Campo Inácio de Andrade Souto Maior Rondon era senhor do engenho de Santo Antônio do Mato. Anteriormente pertencente a Francisco Sanchez de Castilho, o engenho encontrava-se em ruínas, indo por dívidas para a arrematação em praça, e comprado pelo Mestre de Campo em 1778, que logo iniciou o processo de reestruturação. Já em 1779, o engenho Santo Antônio contava com 30 escravizados, estando em pleno funcionamento.

A freguesia vizinha de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú foi descrita no relatório constando de 4 engenhos, estando 3 destes engenhos sob o controle da família Azeredo

¹⁴ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx.236, D. 16166; RHEINGANTZ (1965; p. 148).

Coutinho: os engenhos de Cabuçú e Marapicú estavam sob a administração do Morgado de Marapicú, e o engenho Mato Grosso tinha como senhor Inácio de Andrade Souto Maior Rondon. O documento de instituição do vínculo de Morgado também informa que, dentro da data de Marapicú, havia ainda as fazendas denominadas Poços e Paul do Gandú, essa última conhecida na região pelo nome de Pantanaís¹⁵.

O engenho de Mato Grosso foi erguido no ano de 1776, e se encontrava ainda em obras, mas já produzia, com 70 escravizados, a quantidade de 12 caixas de açúcar e 4 pipas de aguardente.

O mapa descritivo da população do Distrito de Guaratiba, produzido pelas ordens do Conde de Resende, Vice-rei do Estado do Brasil, D. José Luís de Castro, em 1797, indica que Inácio de Andrade Souto Maior Rondon ampliou o seu controle econômico dos engenhos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú. A freguesia foi descrita no relatório de 1797 abarcando 4 engenhos, todos sob o controle dos herdeiros da família Azeredo Coutinho. Os engenhos de Cabuçú e Marapicú, constituintes dos bens vinculados ao Morgado de Marapicú, tiveram como senhor relacionado João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, primeiro administrador do Morgado. Os outros dois engenhos da freguesia, engenho de Mato Grosso e Piranga eram controlados por seu irmão, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon¹⁶.

Na descrição do mapa populacional dos engenhos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú (Tabela 1), o engenho de Mato Grosso despontava como o domínio senhorial da família Azeredo Coutinho, com a maior quantidade de escravizados empregados na produção agrícola. O engenho de Mato Grosso parecia estar em ascensão produtiva desde sua fundação, já que no ano de 1779 o relatório do Marquês de Lavradio contabilizava 70 cativos, e agora, em 1797, segundo os dados do mapa populacional do Conde de Resende, o engenho já contava com 95 cativos. Nesse cálculo, incluem-se todos os

¹⁵ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

¹⁶ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_017, Cx.163, D.12203.

escravizados relacionados ao engenho de Mato Grosso, cativos do sexo masculino e feminino, maiores e menores de idade.

Tabela 1 – Mapa populacional da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú em 1797. – Grupo senhorial e escravizados

Chefes de Família	Idade	Residência	Estado Civil	Senhores	Escravizados
Inácio de Andrade Souto Maior Rondon	63	Engenho Mato Grosso	Casado	10	95
Inácio de Andrade Souto Maior Rondon	63	Engenho Piranga	Casado	---	41
Joao Pereira Ramos Azeredo Coutinho	---	Engenho Marapicú	---	---	60
Joao Pereira Ramos Azeredo Coutinho	---	Engenho Cabuçú	---	---	62

Fonte: Biblioteca Nacional - Projeto Resgate - Rio de Janeiro (1614-1830). Descrição do Mapa Populacional de 1797 do Conde de Resende. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú.

A comparação da descrição do inventário das fazendas constituintes do vínculo de Morgado poderá auxiliar na compreensão mais detalhadas da realidade produtiva dos engenhos controlados pela família Azeredo Coutinho. Naquele ano de 1772, as terras vinculadas na estrutura jurídica de Morgado foram fracionadas em 4 fazendas: Marapicú, Cabuçú, Poços e Paul do Gandú.

O Engenho de Marapicú foi descrito como o maior domínio senhorial da família Azeredo Coutinho. A avaliação dos bens presentes nas descrições do inventário do Engenho de Marapicú, incluindo terras, lavouras, maquinários, construções, e escravizados, perfaziam a quantia de trinta e dois contos de réis¹⁷. O engenho de Cabuçú foi descrito no mesmo processo de levantamento de inventário, com avaliação na quantia de trinta e

¹⁷ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15

dois contos de réis, incluindo terras, maquinários e escravizados¹⁸.

Os limites da fazenda de Marapicú principiavam com a testada de duas mil braças, findado o sertão na divisão com a fazenda do Mato Grosso, margeando o rio Gandú-mirim e a Serra de Marapicú, até chegar à divisa com as terras da Fazenda de Santa Cruz. Ao passo que a fazenda de Cabuçú foi descrita contendo uma légua de testada e duas de sertão, e tendo como confrontante as terras da fazenda de Marapicú.

Os escravos pertencentes ao Engenho de Marapicú representavam a maior quantia entre os bens avaliados no inventário. A fazenda de Marapicú contava com 136 cativos, sendo 118 descritos sem nenhum tipo de impeditivo ao trabalho, como problemas físicos, idade avançada ou ainda crianças. Daqueles 118 escravizados, adultos e aptos ao trabalho, 91 não tiveram qualquer observação sobre habilidade profissional, presumindo-se que eram escravizados voltados para o trabalho de roça. Os outros 27 cativos eram descritos com profissões detalhadas, no inventário dos bens da fazenda, como Barbeiro (1); Barqueiro (3); Carpinteiro (3); Carreiro (1); Cozinheira (1); Enfermeiro/a (3); Feitor (1); Ferreiro (2); Mucama (3); Oleiro (1); Pedreiro (1); Sapateiro (1); Serrador (5)¹⁹.

Já o engenho de Cabuçú possuía, em 1772, a quantidade de 62 escravizados. Somente dois cativos tiveram a profissão detalhada, caso do escravo Antônio (que era feitor e pedreiro), e outro cativo, também de nome Antônio (que era empregado como serrador). Os demais 60 cativos do engenho, possivelmente, eram destinados ao serviço do roçado. Os espaços destinados à produção com trabalho escravo no engenho de Marapicú aparecem descritos na Tabela 2.

Tabela 2 – Os espaços produtivos no Engenho de Marapicú – Final do século XVIII

Construções	Instrumentos
Engenho de fazer açúcar	2 Caldeiras
	4 Tachos

¹⁸ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15

¹⁹ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15

	2 bacias de cobre
	5 coxos de tendal
	200 Andainas
Casa de purgar	700 Formas
	1 Tacho grande de decantar
Casa de armazém de mel	1 Tanque
	7 Coxos
Casa de destilar aguardente	2 Alambiques Grandes
	1 Alambique Pequeno
	18 Tonéis
	3 Tinas
	3 Coxos
	2 Baldes
	2 Caçambas de Cobre
Casa de Encaixe de Açúcar	1 Balança e pesos
Casa de Farinha	
Olaria	

Fonte: Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

Os espaços destinados ao processamento da cana de açúcar constituíam-se de um engenho de fazer açúcar, composto por duas caldeiras, quatro tachos, duas bacias de cobre, cinco coxos de tendal e duzentas andainas. Após a trituração da cana de açúcar no engenho, a etapa seguinte era realizada na casa de purgar, composta de setecentas formas e um tacho grande para decantar. Por fim, o açúcar era encaminhado para o barracão que faria a função de encaixotar o açúcar produzido na fazenda de Marapicú, equipado com balança e pesos para auxiliar no armazenamento do açúcar nas caixas.

Somada à produção açucareira, havia na fazenda a casa de destilar aguardente, composta por dois alambiques grandes, um alambique pequeno, dezoito tonéis para o armazenamento, três tinas, três coxos, dois baldes, e duas caçambas de cobre. Por fim, outras produções possuíam espaço reservado para a produção agrícola da fazenda de Marapicú. Havia um armazém para condicionar o mel explorado na fazenda, composto por um tanque e sete coxos. Constam na relação também uma olaria e uma casa de fazer farinha, sem qualquer descrição de utensílios empregados nestas atividades. Lembremos que o documento que descreve os bens materiais da fazenda era um inventário da

referida fazenda, elemento que dava maior destaque às construções de maior valor econômico.

Relacionado ainda ao mundo do trabalho na fazenda de Marapicú, aparece indicada no inventário a existência de duzentos bois mansos para o serviço, além de sete carros. Certamente alguns dos animais citados eram utilizados para mover o engenho de açúcar, já que não há qualquer menção sobre o maquinário ser operado através de mecanismo que utilizasse a força motriz de uma roda de água. Os demais animais, possivelmente, estariam empregados no serviço de carroças de transporte dos partidos de cana da lavoura até o engenho.

Em relação às lavouras presentes na fazenda de Marapicú, as informações do inventário descrevem um canavial grande, composto por partidos de cana, na maioria pertencentes à fazenda, e ainda alguns pertencentes a lavradores que prestavam serviço aos senhores de Marapicú. O relatório do Marquês do Lavradio também faz referência à presença significativa dos lavradores associados à produção de cana das fazendas de Marapicú e Cabuçú. Posteriormente, iremos trabalhar mais detalhadamente com a comunidade de lavradores associados aos engenhos do Morgado. Já no engenho do Cabuçú, os espaços produtivos estão indicados na Tabela 3.

Tabela 3 – Os espaços produtivos no Engenho de Cabuçú – Final do século XVIII

Construções	Instrumentos
2 Engenhos de moer cana	2 grandes moendas de bronze
	2 caldeiras
	4 tachos
	2 bacias de cobre miúdas
Casa de Purgar	150 andainas
	560 formas
Armazém	1 tanque para mel
	7 coxos

Casa de destilar	3 alambiques
	16 tonéis
	8 coxos
	3 pipas
Casa de encaixar açúcar	Balanças e pesos
Casa de caldeira	2 ternos de tachos à vontade
	2 bacias
	Cobres miúdos

Fonte: BN. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

As construções ligadas ao mundo do trabalho na fazenda de Cabuçú eram bem semelhantes às existentes na fazenda Marapicú, relacionando sua atividade produtiva ao processamento da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e cachaça, possuindo maquinários e instrumentos para seu processamento e armazenamento. Os instrumentos ligados ao processamento da cana para a produção de açúcar existentes na fazenda de Cabuçú eram os engenhos de açúcar, a casa de purgar, a casa de caldeira, e o barracão para o encaixe do açúcar. Os engenhos eram dois, com duas moendas de bronze, duas caldeiras, quatro tachos, e duas bacias de cobres miúdas. Em relação à tecnologia que compunha a fábrica de açúcar, a documentação indica uma importante característica:

[...] a fábrica é distinta dos mais, porque nele os animais puxão por uma bolandeira grande, e esta toca as outras que estão nas moendas grandes, a modo de Engenho de água ficando todo o serviço da gente livre do giro dos animais (Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15)

Já na casa de purgar, havia 150 andainas, e 560 formas, enquanto na casa de caldeira, existiam 2 ternos de tachos, 2 bacias, e muitos cobres miúdos, e por fim, o processo final ligado à produção do açúcar era equipada com balanças e pesos. Chama atenção a presença da casa de caldeira, pois na fazenda de

Marapicú, essa etapa fundamental na produção do açúcar não aparecia sendo realizada em um local específico. Talvez lá a casa de caldeira estivesse anexada à casa de purgar, e aqui em Cabuçú o processo fosse realizada em local distinto. Por sua vez, a descrição dos alambiques presentes no documento revela que o maquinário era movimentado por água corrente²⁰.

O barracão ligado à produção da cachaça também possuía características semelhantes à fazenda Marapicú, sendo que naquela havia dois alambiques grandes e um pequeno, e aqui em Cabuçú há a indicação de três alambiques, sem qualquer menção ao seu tamanho. Porém, se tomarmos por base os outros instrumentos existentes na casa de destilar, como os tonéis, os coxos e as pipas, os dados são bem próximos, indicando a possibilidade de produção equivalente de cachaça entre as duas fazendas. Por fim, assim como em Marapicú, a fazenda de Cabuçú também possuía um tanque com coxos para o armazenamento de mel.

Em relação às lavouras, as construções ligadas ao mundo do trabalho sugerem o domínio da lavoura canavieira, o que é confirmado pela documentação que cita a presença de extensa lavoura de cana-de-açúcar, composta por canaviais pertencentes à fazenda, e outros a lavradores. Nota-se que, aqui, diferente de Marapicú, não houve nenhuma menção à existência de casa ou barracões para a residência, mesmo que temporária, de trabalhadores, o que sugere que tais lavradores de cana habitavam próximo às terras da fazenda. É provável que um grupo de lavradores pudesse ser constituído por moradores das terras da própria fazenda de Cabuçú, parentes pobres das famílias associadas ao ramo Azeredo Coutinho, nos moldes descritos por Manoela Pedroza para os engenhos de Campo Grande, ou ainda é provável que uma parte de tais lavradores pudesse ser composta por arrendatários nas terras dessas fazendas. Tal prática de concessão de arrendamentos nas terras do Morgado será discutida longo adiante.

A fazenda Poços foi descrita no inventário dos bens do Morgado possuindo 24 escravizados, contendo somente um pomar, um curral, e 400 cabeças de gado *vacum*. Lembremos que

²⁰ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

essa fazenda estava situada “no fim das sesmarias dos Brejos e a data de Marapicú”²¹, e poderia compartilhar com a fazenda de Marapicú a “vasta capina que sustentavam o gado *vacum*”²².

A fazenda Paul do Gandú também compartilhava o perfil econômico voltado para a criação de animais, estando descrita no inventário com 2.090 cabeças de gado *vacum*, distribuídos em 8 currais, 138 cavalos, sendo 15 mansos para o serviço, e ainda 70 ovelhas. As pastagens também deveriam ser abundantes na referida fazenda, concentrando a maior quantidade de animais presentes nos domínios dos Azeredo Coutinho. A abundância de pastagens para animais nas fazendas Poços e Paul do Gandú foi confirmada por Pizarro, descrevendo-as como “dilatadamente largas e de boa nutrição para os animais” (Pizarro, 1820, p. 121). Porém, existe outra característica que atribui importância decisiva para a fazenda Paul do Gandú no complexo agrário administrado por Inácio Rondon.

Na descrição do inventário foi indicada a existência de um trapiche e uma casa para abrigar embarcações e passageiros, e ainda uma ponte descrita como “excelente para passar gado e cavalaria para a outra banda do rio [Gandú].”²³ No relatório do Marquês do Lavradio, o rio Gandú foi descrito como navegável para “grandes canoas que carregam 3 caixas de açúcar, podendo ainda subir da Ilha Grande e outras costas carregadas de peixes”²⁴. O pai de Inácio Rondon, o Capitão Manoel Pereira Ramos foi indicado como responsável por abrir uma ampla vala de uma légua no dito rio, tornando-o navegável, e construindo ainda um porto na fazenda Paul do Gandú.

No inventário dos bens pertencentes ao Morgado, há a presença de uma Sumaca avaliada em um Conto de réis. Essa embarcação de fundo chato se popularizou nas costas da América Portuguesa por sua versatilidade na navegação, podendo navegar em rios e nos mares, aliada a grande capacidade de carga (Mello, 2001). Monsenhor Pizarro confirma a existência de um trapiche nas terras da fazenda Paul do Gandú, “que recolhe os efeitos das

²¹ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

²² Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

²³ Relatório do Marquês do Lavradio. 1769-79. p. 331.

²⁴ Relatório do Marquês do Lavradio 1769-79. p. 331.

lavouras, enquanto se demora o seu embarque em lanchas ancoradas no mar de Angra dos Reis.”²⁵. Na listagem de escravizados presentes na fazenda Paul do Gandú, não há informação sobre as profissões dos cativos. Todavia, na fazenda de Marapicú encontramos a presença de 3 escravizados barqueiros, caso de Salvador, André e Carlos.

Vale ressaltar que somente o engenho de Marapicú teve escravizados com profissões declaradas. No plantel de escravizados das outras fazendas, não houve menção à profissão dos cativos. O que poderia explicar esse ponto? Talvez a proximidade do olhar senhorial (afinal o engenho Marapicú era fazenda sede do Morgado) para vigiar os escravizados de maior valor econômico, caso dos cativos com profissão. Ou, possivelmente, o número maior de senzalas nas terras de Marapicú, total de 50 edificações, 40 cobertas de palha e 10 cobertas de telha, fosse fator de atração para a presença de maiores quantitativos de cativos, e ainda concentração de escravizados especializados. Poderia até mesmo haver um fator de ordem geográfica, ficando o engenho de Marapicú em caminhos de comunicação com as demais fazendas.

A ADMINISTRAÇÃO DE INÁCIO DE ANDRADE SOUTO MAIOR RONDON NO MORGADO DE MARAPICÚ E SUAS REDES DE SOCIABILIDADE

A comparação entre o plantel escravizado relacionado aos engenhos de Marapicú e Cabuçú na descrição do inventário das fazendas no ano de 1772 e os dados recolhidos no mapa populacional produzido sob as ordens do Conde de Resende ajuda a entender a administração organizada por Inácio de Andrade Souto Maior Rondon nos 4 engenhos da freguesia de Nossa Senhora de Conceição de Marapicú.

Os dados do mapa populacional do distrito de Guaratiba em 1797, direcionado aos 4 engenhos da freguesia (apresentado na Tabela 2), indicam que os engenhos de Mato Grosso e Piranga possuíam como senhor Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, ao passo que os engenhos de Marapicú e Cabuçú tiveram como

²⁵ Relatório do Marquês do Lavradio. 1769-79.

senhor mencionado João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, irmão mais velho do Coronel de Milícias do Distrito de Guaratiba e administrador do vínculo de Morgado.

Todavia, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho residia no Reino há muitos anos, tendo desempenhado diferentes funções administrativas junto à Coroa Portuguesa, e, naquele ano de 1797, ocupava de função desembargador do Paço e Chanceler da Casa de Suplicação. Portanto, o chefe da *casa* dos Azeredo Coutinho residia do outro lado do Oceano Atlântico, e era peça chave na articulação político-social da família junto à constituição política do Império Português. Seu irmão, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, era a figura proeminente da hierarquia militar e administrativa do Distrito de Guaratiba, e senhor de dois engenhos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú. É inteiramente razoável que o administrador dos bens do Morgado de Marapicú tenha feito da figura do irmão, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, seu lugar-tenente na administração dos engenhos vinculados ao Morgado.

Vale lembrar que o relatório do Marquês do Lavradio de 1779 indica o Coronel de Milícias como senhor de 5 engenhos em duas freguesias vizinhas, no Distrito de Guaratiba (Relatório do Marquês do Lavradio. 1769-79). O chefe do clã familiar dos Azeredo Coutinho em terras de Guaratiba administrava 4 engenhos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, Cabucú e Marapicú, reunidos em Morgado por sua família, e ainda os engenhos de Piranga e Mato Grosso. Na freguesia vizinha, de Santo Antônio de Jacutinga, o mesmo Inácio Rondon era senhor do engenho de Santo Antônio do Mato.

O poder de Inácio Rondon era representado em sua função militar no Distrito de Guaratiba e na administração das terras organizadas em torno de sua família nas freguesias de Marapicú e Jacutinga. Boa parte da população dessas duas freguesias estaria submetida ao seu duplo mecanismo de poder, senhorial e militar. Os grandes poderes de Inácio Rondon geraram conflitos com autoridades naquela região, verificados em trocas de correspondências entre o Vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza e os administradores da Fazenda de Santa Cruz, terras vizinhas aos domínios dos Azeredo Coutinho, as ações de Inácio Rondon receberam críticas. Segundo o Vice-Rei:

O mestre de Campo Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, desde ano de 1783, anda fomentando a desobediência do dito José Pires às ordens da Junta (...) este mestre de campo é o que encaminhou do dito José Pires para ir sem ele em uma embarcação de Parati para a Bahia, e daí para essa Corte, munido de carta para seus irmãos, o Desembargador João Pereira Ramos e o Bispo de Coimbra, animado das promessas de proteção segura e eficaz”.²⁶

O comportamento autoritário de Inácio Rondon na condução de seus poderes também foi criticado por Pizarro, ao escrever que:

Em tempo, pela primeira vez parouquiou esta Igreja [N.S. da Conceição de Marapicú], o R. João Alvares de Moura, antes de ser ela de natureza colativa, se pagavam as conhecenças aos párocos, como se asseverou o dito padre. Os que depois se seguiram, e lhe sucedera, sujeitaram-se, por condescendência, a ir pelas casas dos fregueses recadar aleluias. Por esta causa, ainda que um, ou outro continuasse a pagar as conhecenças, todo o Povo se fez rebelde até o tempo presente, tendo por exemplo e guia ao Mestre de Campo Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, à quem vive sujeito, tanto pelo lugar que ocupa, como por serem todas, ou quase todas as terras em que se compreende a freguesia, povoadas, e cultivadas por arrendatários seus. Este o motivo, de não ser possível ao pároco haver outros renditos, por testemunho de conhecenças, se não a quantia de 12. 8000 reis, em efeitos, que lhe davam os fregueses, indo ele às suas casas, com notável incômodo, e a maneira de esmoler de São Francisco, preparado de sacola (Galdames, 2007. pp. 287-88)

O relato de Pizarro descreve um conflito deflagrado entre o Mestre de Campo e o Reverendo João Alves de Moura, na liderança “rebelde” de Inácio Rondon por exercício do seu duplo poder sobre seus muitos arrendatários e os demais fregueses de Marapicú contra o pagamento das conhecenças (Relatório do Marquês do Lavradio. 1769-79) Monsenhor Pizarro ainda

²⁶ Arquivo Nacional. Fundo EM-FNSC. Série CAI – Caixas. Documento 0.507106. Agradeço a Manoela Pedroza pela indicação da fonte, e sinalização da descrição em sua tese de 2018.

informa que os conflitos chegaram ao ponto no qual o citado reverendo teria sido “lançado para fora” do Engenho do Piranga pelo Mestre de Campo.

Os conflitos envolvendo Inácio de Rondon são evidências significativas de sua atuação política no distrito de Guaratiba, em especial nas freguesias de São Antônio de Jacutinga e Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, capazes de liderar uma parcela da população da região contra as autoridades religiosas no final do Setecentos.

Devemos lembrar ainda que as redes de sociabilidade de Inácio Rondon se ampliavam para além das terras da província fluminense, chegando à região de Minas Gerais e Goiás como evidencia a documentação trocada com as autoridades portuguesas e sua composição matrimonial. Dessa forma, ao assumir a chefia administrativa e posições militares de destaque no distrito de Guaratiba, Inácio Rondon assumiu a chefia do clã familiar dos Azeredo Coutinho em terras de Guaratiba, onde administrava cinco engenhos, sendo quatro reunidos na vinculação do Morgado de Marapicú e mais o engenho de Santo Antônio do Mato na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.

Portanto, Inácio Rondon parece ter sido elevado à condição de representante dos interesses econômico e político da família Azeredo Coutinho em terras fluminenses, sendo apresentado como o lugar-tenente dos seus irmãos mais velhos, que residiam em Portugal, para a administração dos bens agrários reunidos no Morgado de Marapicú e na manutenção do poder políticos dos Azeredo Coutinho na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo Nacional. Fundo EM-FNSC. Série CAI – Caixas. Documento 0.507106.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. IN: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria

Carvalho de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: história das elites no Antigo Regime nos Trópicos (América Lusa, séculos XVI a XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. pp. 121-194.

Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_016, Cx.11, D.640.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_009, Cx.46, D.4525.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905; Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx.236, D. 16166.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 110, D. 9162.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx.236, D. 16166;

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_017, Cx.163, D.12203.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Matheus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007.

BRANDÃO, Maria de Fátima. **O mercado na comunidade rural: propriedade, herança e família no Norte de Portugal (1800-1900)**. *Análise Social*. vol. XXVI, n. 112-113, pp. 613-628, 1991.

COSTA, Dora Isabel Paiva. **Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas (São Paulo, 1765-1850)**. Niterói. (Tese de Doutorado) PPG de História- Universidade Federal Fluminense. 1997.

DURÃES, Margarida. **Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII – XIX).** In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú - MG. Caxambú - MG, 2004.

DURÃES, Margarida. **Heranças: solidariedades e conflitos na casa camponesa minhota (séculos XVIII-XIX).** População e Família. São Paulo, n. 5 - Família IberoAmericana, pp. 155-186, 2003.

Estatística realizada pelo governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. RIHGB. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913.

FORTE, José Matoso Maia. **Memória da Fundação de Iguassú.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1933.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do Engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700 – 1760).** In: XXIII Simpósio Nacional da ANPUH, São Leopoldo, RS. 2007a.

HESPANHA, António Manuel. Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro. In: PAIVA, E. F. (Ed.). **Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII).** São Paulo: ANNABLUME 2006. p.21-41.

LEONZO, Nanci. **As companhias de ordenança na capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de São Matheus.** Dissertação de mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Cabotagem no Nordeste Oriental: A Aparição da Sumaca – A vitória da Barçaça.** Revista Continental. Edição nº 5, Maio de 2001. Companhia Editora de Pernambuco.

MORAES, Vera Lucia Vilhena de. **Morgado de Marapicu.** 1972. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Feliciano e a botica: Transmissão de patrimônio e legitimidade do direito à terra na região de Maricá (segunda metade do século XIX). IN: LARA, Sílvia Hunold (Org.); MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiças no Brasil: Ensaios de História Social**. Editora Unicamp: Campinas, 2006.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **A Casa e a Linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII**. Penélope, Lisboa. n. 12, 1993a. (pp. 43-63).

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição: a casa da Torre de Garcia d' Avila: Família e propriedade no Nordeste colonial**. Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2003.

PEDROZA, Manoela da Silva. **Engenhocas da Moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro/século XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

RHEINGANTZ, Carlos. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, p. 93; 147- 148.

Recebido em: 05/08/2024
Aprovado em: 05/09/2024